

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
CHRISTIANO LACERDA GHUERREN

PROCESSO: TCE-RJ nº 243.750-6/2024
ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
INTERESSADO: COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VIEIRA LTDA.
ADVOGADA: Ariana Dias Pereira (OAB/RJ nº 221.360)

DECISÃO MONOCRÁTICA GCS-3

Art. 149 do Regimento Interno –TCE-RJ
(Deliberação TCE-RJ nº 338, de 08 de fevereiro de 2023)

REPRESENTAÇÃO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA ELABORAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.138/2024. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIRO, CEREAIS, CARNES, LATICÍNIOS E PANIFICAÇÃO) PARA CONFEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME) DE NOVA FRIBURGO. CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO. DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA. COMUNICAÇÃO.

Cuidam os autos de Representação, com pedido de tutela provisória, interposta pela pessoa jurídica de direito privado COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VIEIRA LTDA., com sede na Cidade de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Cotril nº 3.060, bairro Jamapará – 4º Distrito, inscrita no CNPJ sob o nº 10.866.908/0001-36, representada por sua advogada, Dra. Ariana Dias Pereira, inscrita na OAB/RJ nº 221.360, em face de possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo na elaboração do Edital de

Pregão Eletrônico nº 90.138/2024, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiro, cereais, carnes, laticínios e panificação) para confecção da merenda escolar nas unidades escolares da rede pública de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2025, no valor estimado de R\$ 18.599.812,50 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos) com certame agendado para o dia 11/11/2024.

Trata-se da **2ª (segunda) submissão** da Representação em exame à análise desta Corte de Contas. Em 30/10/2024 proferi decisão Monocrática nos seguintes termos:

*I- Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito do Município de Nova Friburgo para que, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da ciência desta decisão, manifeste-se quanto às alegações trazidas à baila pela Representante;*

*II- Pelo **ENCAMINHAMENTO À SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO** deste Tribunal, com vistas à sua distribuição à (s) Coordenadoria (s) competente, para que, findo o prazo do item I, com ou sem resposta do jurisdicionado, no prazo de 3 (três) dias úteis, analise a Representação, sucessivamente, quanto aos pressupostos e critérios previstos, respectivamente, nos artigos 109 e 111 do RI-TCE, e, se presentes, quanto ao pedido de tutela provisória, apreciando-a, por fim e caso o estado do processo justificadamente assim permitir, também quanto ao mérito, com posterior remessa ao douto Ministério Público Especial, para que se manifeste em igual prazo, nos termos do art. 151 do Regimento Interno do TCE-RJ;*

*III- Pela **COMUNICAÇÃO** à Representante, bem como à sua advogada, Dra. Ariana Dias Pereira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 221.360, na forma prevista no art. 15, inciso I c/c art. 110 do RI-TCE a fim de que tomem ciência desta decisão.*

Em resposta, o jurisdicionado se manifestou por meio do documento eletrônico TCE-RJ nº 24754-9/2024 de 06/11/2024.

Em sua análise técnica, o Corpo Instrutivo, por meio da instrução datada de 13/11/2024 (*Informação CAD-EDUCAÇÃO*), assim se pronuncia, em conclusão, nos seguintes termos:

VII) DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Considerando que o Pregão Eletrônico nº 90.138/2024 se encontra na situação de “aberta”, e seu prosseguimento poderia acarretar prejuízo ao erário;

Considerando a necessidade de comprovação de que não houve restrição a competitividade, em razão da junção de itens distintos de produtos de origem animal (carnes e pescados) no Lote 4 (“Carnes”);

Considerando que o Jurisdicionado não conseguiu sanear totalmente as possíveis impropriedades apontadas nesta representação, em sede de cognição sumária;

Ante o exposto, sugere-se:

I) CONHECIMENTO desta Representação, visto que atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 109 do RITCERJ;

II) DEFERIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR pleiteada, nos termos do art. 300 do CPC c/c o art. 149 do RITCERJ, determinando a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo para que suspenda o Pregão Eletrônico nº 90.138/2024, na fase em que se encontra, em razão das ponderações lançadas nesta instrução, sob pena de aplicação de multa diária a ser imediatamente fixada pelo Plenário em caso de não atendimento (artigo 15, 139, IV, 536, §1º e 537, todos do CPC), sem prejuízo da aplicação de outras sanções legais, até deliberação desta Corte de Contas quanto ao mérito desta Representação;

III) SOBRESTAMENTO do exame de mérito, nos moldes das razões acima apresentadas;

IV) COMUNICAÇÃO ao Prefeito Municipal de Nova Friburgo, nos termos do artigo 15, I do Regimento Interno, para que tome ciência da decisão, e se manifeste de forma exauriente, a fim de comprovar que não houve restrição a competitividade quando da realização do Pregão Eletrônico nº 90.138/2024, apresentando os documentos que julgar pertinentes, principalmente:

a) Ata do Pregão Eletrônico nº 90.138/2024, contendo a relação dos licitantes que participaram, a fim de comprovar que os produtos questionados são efetivamente comercializados de forma ampla e irrestrita por fornecedores reconhecidos nacionalmente, garantindo a competitividade do certame, assim como, informando sobre a inabilitação/desclassificação de alguma licitante em razão do disposto nos itens contestados nesta Representação;

V) COMUNICAÇÃO ao titular do Órgão Interno da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, para que acompanhe o cumprimento da decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este

Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária, de acordo com o inc. IV, art. 53 e art. 55 da Lei Complementar nº 63/90;

VI) COMUNICAÇÃO a Representante, nos termos do artigo 15, I c/c o artigo 110 do RITCERJ, para que tome ciência da decisão proferida.

O douto Ministério Público de Contas, representado pelo Procurador-Geral Henrique Cunha de Lima, manifesta-se de acordo com o Corpo Instrutivo, por meio do parecer constante da peça eletrônica 21/11/2024 – *Informação GPG*”.

É o Relatório.

Em breve síntese, rememoro que a Representante ingressou com a presente Representação alegando que houve a reunião indevida de itens heterogêneos em um mesmo lote, o que comprometeria o caráter competitivo do certame. Isso porque, no Lote 4, houve a junção de carnes e pescados, itens que, em geral, são industrializados e comercializados por empresas especializadas em cada segmento.

Após detido exame dos autos, consigno que estão presentes os requisitos de admissibilidade para o conhecimento da presente Representação, considerando que cumpre os pressupostos e critérios previstos, respectivamente, nos artigos 109 e 111 do Regimento Interno deste Tribunal.

Em sede de exame sumário, vislumbro indícios de irregularidades na elaboração do Edital da licitação em questão, uma vez que as regras de mercado para comercialização de carne e derivados (como bovina, suína e frango) são diferentes das regras inerentes aos pescados, o que reforça a inadequação da junção dessas classes de itens em um mesmo lote. O gênero “pescados” contempla tratamento diferenciado e, sendo comercializado de forma diversa, não é adequado o agrupamento em um mesmo lote.

Nesse contexto, resta evidenciada a probabilidade do direito — vez que o Edital, da maneira como se encontra redigido, tem o potencial de afastar licitantes que não possam fornecer a totalidade dos itens especificados no lote 4 (carnes e pescados), com prejuízo para competitividade, trazendo beneficiamento exclusivo para uma ou outra empresa.

Ante a possibilidade de ocorrência de grave irregularidade na condução do processo licitatório em questão e consequente prejuízo à seleção da proposta mais vantajosa, entendo demonstrado o requisito do *periculum in mora*, **razão pela qual reputo necessária, com fundamento no poder geral de cautela, que seja determinado ao Jurisdicionado que suspenda o processo licitatório conduzido nos autos do Edital de Pregão Eletrônico nº 90.138/2024 no estado em que se encontra, abstendo-se de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato até o julgamento de mérito da Representação em tela.**

Insta mencionar que a concessão ou não de tutela provisória, de natureza cautelar, tem por base o convencimento motivado, exercido em sede de cognição sumária, considerando a “*probabilidade do direito*”, conforme dispõe o art. 300 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105/15).

Feitas tais considerações, antes do pronunciamento acerca do mérito da peça e a fim de aperfeiçoar o contraditório processual, mostra-se pertinente a realização de nova comunicação ao Jurisdicionado para que se manifeste nos autos em sede de cognição exauriente acerca das irregularidades apontadas.

Pelo exposto, profiro:

DECISÃO MONOCRÁTICA:

I- Pelo **CONHECIMENTO** desta Representação, visto que presentes os pressupostos necessários à sua admissibilidade, nos termos do Regimento Interno desta Corte;

II – Pelo **DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA**, determinando-se ao atual Secretário Municipal de Educação de Nova Friburgo que suspenda o processo licitatório conduzido nos autos do Edital de Pregão Eletrônico nº 90.138/2024 no estado em que se encontra, abstendo-se de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato, até a decisão de mérito desta Representação;

III- Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Secretário Municipal de Educação de Nova Friburgo, nos termos do art.15, inciso I, do Regimento Interno, para que tome ciência da decisão desta Corte e, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste de

forma exauriente a fim de comprovar que não houve restrição à competitividade quando da realização do Pregão Eletrônico nº 90.138/2024, apresentando os documentos que julgar pertinentes, principalmente:

- Ata do Pregão Eletrônico nº 90.138/2024, contendo a relação dos licitantes que participaram, a fim de comprovar que os produtos questionados são efetivamente comercializados de forma ampla e irrestrita por fornecedores reconhecidos nacionalmente, garantindo a competitividade do certame, assim como, informando sobre a inabilitação/desclassificação de alguma licitante em razão do disposto nos itens contestados nesta Representação.

IV- Pela **COMUNICAÇÃO** ao titular do Órgão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, para que acompanhe o cumprimento da decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária, de acordo com o inc. IV, art. 53 e art. 55 da Lei Complementar nº 63/90;

V – Pela **COMUNICAÇÃO** à Representante, bem como à sua advogada, Dra. Arianas Dias Pereira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 221.360, na forma prevista no art.15, inciso I c/c art. 110 do RI-TCE a fim de que tomem ciência desta decisão.

GCS-3, em / /2024.

CHRISTIANO LACERDA GHUERREN
Conselheiro Substituto